

Gely.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE BIOLOGIA

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

*Avaliação da aprendizagem frente às Reformas  
Educativas no ciclo intermediário do  
Ensino Fundamental da rede pública em  
Uberlândia - MG*

*Amara Borges Amaral*

Profª Nora Ney Santos Barcelos  
(Orientadora)

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Biológicas, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas.

Uberlândia- MG  
Junho- 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE BIOLOGIA

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

*Avaliação da aprendizagem frente às Reformas  
Educativas no ciclo intermediário do  
Ensino Fundamental da rede pública em  
Uberlândia - MG*

*Amara Borges Amaral*

Aprovada pela Banca Examinadora em 21/06/01. Nota: 100

*N. Barcelos*

Prof.<sup>a</sup> Nora Ney Santos Barcelos  
Orientadora

*Amaral*  
Universidade Federal de Uberlândia  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Angélica Almeida Barbosa  
Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Oliveira Cunha  
1º membro

Prof.<sup>a</sup> Maria Dorotea de Paiva Nazareth  
2º membro

Uberlândia- MG  
Junho- 2001

Agradar,

Primeiramente, a Deus pela oportunidade de aqui estar com as expectativas e por sempre  
ter estado presente em todas as situações;

por meus pais, João Batista e Joáquina, por despertarem em mim o gosto pelo estudo, por  
meus irmãos, Wilson e Adilson, pelo exemplo e por minha irmãzinha Márcia por amor e  
convicção;

a minha tia Neusa Lúcia por ter me apoiado em momentos de dificuldades e pelas  
conversas amigas que me ajudaram a superar as dificuldades;

por todos os amigos de sempre que sempre estiveram comigo, especialmente os amigos  
de infância, principalmente os amigos de infância, como o Sr. Paulo, Sr. João, Sr. Manoel,  
Percival, e os amigos de hoje, como o Sr. João, Sr. Manoel, Sr. Paulo, Sr. João, Sr. Manoel,  
Percival, e os amigos de hoje, como o Sr. João, Sr. Manoel, Sr. Paulo, Sr. João, Sr. Manoel,  
Percival;

e, finalmente, agradecer à minha orientadora, Prof.  
Dra. Maria da Glória, pela paciência e compreensão, por sempre estar presente incentivando-me  
durante este longo caminho e compartilhando comigo os momentos de alegria e tristeza.

Dedico a todos que,  
de alguma forma,  
apoiaram-me, incentivando-me  
e acreditando que o meu  
esforço valeria a pena.

## SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO.....	02
II – PERSPECTIVA TEÓRICA.....	06
III – PERCURSO DA PESQUISA.....	11
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
4.1 – Impacto da Progressão Continuada.....	14
4.2 – Interpretação e prática da proposta de Avaliação.....	15
4.3 – Dificuldades com a Progressão Continuada.....	17
4.4 – Novos olhares, novos horizontes... ..	19
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24
ANEXO 01	

## I – INTRODUÇÃO

O meu interesse por realizar uma pesquisa na área de educação, justifica-se uma vez que já estou no exercício do magistério desde que ingressei para a graduação. Desde quando cursava o Ensino Médio, eu já desenvolvia um trabalho informal com crianças e adolescentes. Foi então que, cursando Ciências Biológicas, numa disciplina denominada Projeto Integrado de Práticas Pedagógicas vi crescer o meu interesse pelas problemáticas da educação, quando tive a oportunidade de desenvolver, numa Escola Estadual, um projeto que visava levantar a opinião de professores e alunos quanto ao processo avaliativo da aprendizagem.

E, atualmente, como professora de Ciências, percebendo as angústias de professores, pais e alunos frente às mudanças no processo ensino- aprendizagem, resolvi fazer uma investigação de como os professores têm enfrentado as problemáticas advindas de toda e qualquer mudança, principalmente no que se refere à avaliação, visto que também encontro-me um tanto ansiosa com tais mudanças.

A Avaliação da Aprendizagem, a partir da década de 90, tem ocupado um espaço significativo nas discussões realizadas no âmbito acadêmico, além de tornar um objeto de pesquisa muito promissor. Pesquisadores preocupados com a educação atual, especificamente com a Avaliação tem chamado a atenção dos educadores para a prática da Avaliação não como instrumento de medida.

*“Se avaliar é muito mais do que aplicar um teste, uma prova, então, o essencial não é saber se um aluno merece esta ou aquela nota, este ou aquele conceito, mas fazer da avaliação um instrumento auxiliar da aprendizagem. Mas, para isso é bom lembrar que ‘tentar uma prática alternativa de avaliação virá, conseqüentemente, questionar todo o nosso modo de pensar e de agir, nossa consciência, nossa prática pedagógica e social, virá questionar a sociedade como um todo’ (Guareschi:1990). Envolve mudanças filosóficas”.* (RABELO;1998: 19-20)

Enquanto isso, as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio vivenciam uma crise de paradigma pedagógico para dar conta da educação de uma nova geração, entre um modelo de ensino tradicional e outro mais interativo, construtivista. Somente, a partir da vigência da nova LDB de 1996 é que a questão da Avaliação ganha maior ênfase, levando ao

aparecimento das Reformas Educacionais e consequentemente ressignificação da Avaliação da Aprendizagem pelos professores, e o desafio de colocá-la em prática. Em linhas gerais, fizemos a seguinte leitura deste processo de inovação educativa. Em 2000, a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE-MG) ampliou o sistema de Ciclo no Ensino Fundamental, uma vez que já vinha funcionando para as quatro primeiras séries. Como se tratava de uma situação peculiar de unidocência, parece que, até então, o sistema de Ciclo não estava perturbando a administração escolar e nem os educadores de modo geral.

De acordo com a Resolução nº 006 de 20 de Janeiro de 2000 conforme Lei Federal nº 9.349/96, ficou então promulgada a organização do Ensino Fundamental em três ciclos; sendo eles: Ciclo Básico, Ciclo Intermediário, ambos com duração de três anos e Ciclo Avançado com duração de dois anos. Parece que somente quando esta mudança de organização do Ensino Fundamental em Ciclo atingiu o Ensino seriado de 5ª a 8ª série é que os educadores entraram em processo de desestabilização, saindo de um estado de inércia em relação à prática avaliativa para um estado de conflitos e mal-estar docente, pois o ciclo implica reelaboração conceitual de Planejamento e de Avaliação e, portanto de acompanhamento da aprendizagem dos alunos de forma muito mais cuidadosa.

Para alcançar os objetivos do Sistema de Ciclo, primeiro, a escola deve oferecer um ensino respeitando o desenvolvimento dos alunos de acordo com uma faixa etária, considerando que os alunos têm a oportunidade de apreender determinados conteúdos num período de tempo, e não durante apenas um ano como no esquema antigo de seriação. Segundo, TEIXEIRA (1999: 50) “ *A conclusão de cada Ciclo exigirá o atingimento do nível de aprendizagem exigido pelo Conselho de Classe e por ele verificado com base nas avaliações dos professores ao longo do último ano do Ciclo*”.

Isso quer dizer que a Avaliação na transição de um ciclo para outro deverá mostrar os avanços e sobretudo as dificuldades dos alunos para que no próximo Ciclo estas dificuldades sejam levadas em consideração. Enfim, uma Avaliação, predominantemente, diagnóstica e formativa e nunca classificatória. Neste modelo espera-se que os alunos aprendam, diante das oportunidades que lhes estão sendo concedidas, levando ao desaparecimento da reprovação na escola, daí a chamada Progressão Continuada.

O sistema de ensino em Ciclo, por um lado, é permissivo no campo curricular, por outro é exigente com relação à prática docente, conforme pode se observar neste trecho: “ *Os professores serão mais autônomos, , mais livres, e as escolas mais abertas, produzindo, como consequência maior grau de responsabilidade e dedicação por parte dos educadores* (RODRIGUES; 1999: 31).”

Importa ressaltar três artigos da referida Resolução nº 006, que são pertinentes para esta pesquisa porque trazem determinações legais que devem ser colocadas na prática da instituição educacional.

*“Art. 7º- A organização do tempo escolar em ciclos deverá assegurar aos alunos a progressão continuada, considerando o desenvolvimento integral do aluno e a aprendizagem.*

*Art. 8º - A avaliação dos alunos deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas.*

*Art. 9º - O processo de avaliação dos alunos será sistemático, contínuo e qualitativo.*

*Parágrafo único: Os alunos serão avaliados ao longo de todo o ciclo, com apresentação de resultados, de modo a permitir o acompanhamento constante de seu desempenho”.*

Com a Progressão Continuada, extinguiu-se a nota e a reprovação do Sistema de Avaliação até o último ano do Ensino Fundamental e, o professor está sendo orientado a avaliar qualitativamente, por conceitos, como podemos perceber nos referidos artigos. Isto exige que os professores, atualmente, repensem a sua prática pedagógica avaliativa, e tentem encontrar soluções diante a tantas dificuldades que tais mudanças estão provocando para a comunidade escolar como um todo.

Para LUCKESI (2000: 01) *“Avaliar não é julgar o aluno”*, classificá-lo em aprovado ou reprovado. Para a avaliação interessa a aprendizagem, portanto, interessa o antes, o durante e o depois, *“ na medida em que ela está a serviço de um projeto pedagógico construtivo, que olha para o ser humano como um ser em construção permanente”*. Neste sentido, ela deve ser colocada em prática como uma atividade *“diagnóstica e inclusiva”*. O referido autor coloca uma questão que deveria nortear a prática do ensino: *“Para que os professores examinam? Para muitos, provavelmente a verdadeira resposta seria: para controlar a disciplina dos alunos... Examinar não é o mesmo que avaliar o aluno”*.

A Avaliação deve ser compreendida não apenas como medidora da aprendizagem dos alunos, mas sobretudo deve ser utilizada com base em três funções básicas: informar alunos e professores sobre a aprendizagem como diagnóstico inicial e continuado ou em processo; orientar alunos e professores sobre novas estratégias para resolver os impasses da não aprendizagem e por fim formar, porque enquanto os alunos lidam com a atividade avaliativa eles conseguem usufruir deste recurso para aprender.

Parece que as funções básicas e verdadeiras da Avaliação ainda são desconhecidas de muitos educadores e/ou não foram compreendidas pelos educadores; ou existe uma resistência destes em reconhecê-las e colocá-las em prática; ou os educadores precisam ignorá-las para sobreviverem no sistema educativo, uma vez que a Avaliação nos últimos tempos é ainda o grande recurso utilizado pela maioria para manter a disciplina, fazer o aluno prestar atenção na aula, etc... Entendemos por educadores os professores, especialistas educacionais (supervisor e orientador), diretor e vice-diretores.

Por que a Avaliação não deixa de ser utilizada como um recurso de autoridade, sob controle rigoroso para assumir o papel de auxiliar no ensino e na aprendizagem? Segundo LUCKESI (1996:166) “*o ato de avaliar também exige a entrega (...) A Ação sem desejo torna-se linear... E, então, a vida, as práticas, os resultados, tudo se torna linear e comum*” (p.153). É possível que esteja faltando aos professores um tempo para que eles eduquem o seu desejo para efetivar mudanças nas suas práticas avaliativas. Os professores, em particular, estão se sentindo abalados, tanto na sua pessoa, como profissionalmente, pois se encontram desamparados, por falta de motivação, de recursos, de tempo e de um aporte pedagógico.

Enfim, a Avaliação tem como finalidade mostrar o que os alunos sabem e ainda não sabem, reorientando o processo educativo. Ela deve também constatar a capacidade de criação, interpretação e aplicação do conhecimento do aluno, bem como o seu comportamento nas relações interpessoais. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s (1998: 38) “*os professores, devem ser capazes de conhecer os alunos, adequar o ensino à aprendizagem, elaborando atividades que possibilitem a ação reflexiva do aluno*”.

Numa fase de implantação deste esquema inovador de avaliação no Processo Ensino-Aprendizagem e considerando as condições reais da escola e dos professores, e não as ideais, para enfrentarem um desafio de tamanha dimensão, foi que esta pesquisa aconteceu.

Diante disso, nesta pesquisa buscou-se conhecer o que está acontecendo com os professores, o que está lhes faltando, hoje, para que ele estejam tão angustiados com a reforma no processo Avaliativo?

Para tanto, buscamos averiguar qual a natureza da dificuldade dos professores de implementar uma inovação na prática avaliativa: -falta de (in) formação sobre os conteúdos e funções da avaliação; - dificuldades emocionais e/ou institucional; - resistência ao novo em virtude de uma prática docente repetitiva e legitimada na educação.



## II – PERSPECTIVA TEÓRICA

Atualmente, as dificuldades enfrentadas pelas escolas são inúmeras, aqui importa levantar apenas àquelas que se referem a Avaliação no processo Ensino- Aprendizagem, começando pela concepção de avaliação dos professores que, na maioria da vezes, se limita a ‘medidas de conhecimento repassado’. Concepção esta que, há muito tempo, apesar dos transtornos causados nos relacionamentos Professores- Alunos, apresenta-se como cristalizada na ação de julgar. Talvez seja esta concepção um empecilho muito forte quando a palavra de ordem é Mudança na prática dos professores; estes parecem ter receio de enfrentar o novo, como se o mais cômodo fosse “deixar tudo como está”, por uma questão de economia de energia biológica.

Segundo HOFFMANN (1992: 15), *“a concepção de avaliação que marca a trajetória de alunos e educadores até então, é a que define essa ação como julgamento de valor dos resultados alcançados. Daí a presença significativa dos elementos como prova, nota, conceito, etc.”*. Elementos estes que tendem a inibir e coagir os alunos, inspirando-lhes receios e medos, talvez, desnecessários. A Avaliação é uma forma de agir e refletir acerca da aprendizagem, do ensino, do currículo, não se pode abandonar o diálogo em prol de números precisos. Portanto, não poderíamos nos esquecer que *“a avaliação é sempre muito mais do que uma medida. É uma representação, construída por alguém, do valor escolar ou intelectual de outro indivíduo”* (PERRENOUD; 1999: 57).

É sempre importante salientarmos a necessidade de pensar em um processo avaliativo que considere a Avaliação como uma forma que o professor tem para orientá-lo em sua prática pedagógica, bem como no processo ensino – aprendizagem. Pois, a prática da Avaliação deve mostrar aos professores como modificar, ou apenas melhorar, a sua forma de ensinar e de conhecer melhor as necessidades dos alunos, já que é de grande relevância a aferição da aprendizagem.

*“Uma prática avaliativa coerente com esta perspectiva exige do professor o aprofundamento em teorias do conhecimento. A avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo para se transformar na busca*

*incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento” (HOFFMANN; 1992: 21).*

Visto que, é por meio da avaliação que os professores podem perceber as deficiências dos alunos e tem a oportunidade de reconhecer as lacunas deixadas pelo ensino, pelo currículo e pelo sistema e, a partir daí, aperfeiçoar sua metodologia. Como analisa ROMÃO (1998: 88-89),

*“na educação libertadora, a avaliação deixa de ser um processo de cobrança para se transformar em mais um momento de aprendizagem, tanto para o aluno quanto para o professor, se estiver atento aos processos e mecanismos de conhecimentos ativados pelo aluno, mesmo no caso de ‘erros’, no sentido de rever seus procedimentos de educador”.*

Ao nos reportarmos, com tamanha ênfase à Avaliação, torna-se necessário esclarecer que *“os novos currículos para a educação obrigatória introduzem (...) a incorporação explícita de dois novos tipos de conteúdos – procedimentos e atitudes”*. No entanto, *“tais mudanças não representam uma redução da importância dos conteúdos tradicionais e, sim, mais uma reconsideração do seu papel na educação”* (COLL et al; 1998: 19) . Sendo assim, no novo currículo a Avaliação deve incluir os três conteúdos: o Conceitual (Saber), o Procedimental (Fazer) e o Atitudinal (Ser).

Segundo o referido autor o “Saber” deve ser compreendido como o conjunto de conhecimentos que uma pessoa possui, adquiridas através de informações científicas ou do cotidiano, acumuladas ao longo da vida e que geraram um certo aprendizado. Para melhor explicarmos o Conteúdo “Fazer”, cabe aqui um comentário do referido autor, que os ditos procedimentos já *“foram vistos por nós com outras denominações (hábitos, técnicas, algoritmos, habilidades, estratégias, métodos, rotinas, etc.), o qual, na prática, equivalem ao mesmo que queremos dizer quando falamos de procedimentos”* (ibid: 76). O que vem nos esclarecer perfeitamente quanto a este Conteúdo; fica então entendido como as realizações, o próprio “fazer” do aluno em sala de aula.

E quando referem ao “Ser”, ou às “Atitudes”, do aluno estão querendo incorporar aspectos psico- sócio- cultural na sala de aula; sendo assim, *“as atitudes são bastante complexas, pois envolvem tanto a cognição (conhecimentos e crenças), quanto os afetos (sentimentos e preferências) e as condutas (ações e declarações de intenção)”*... Por isso, talvez seja o Conteúdo mais difícil de se avaliar, já que

*“as atitudes, alvo da atenção educativa, são disposições pessoais que tendem a se expressar por meio de comportamento. Entretanto, há que se considerar que inúmeros fatores interferem nessa expressão e que um*

*comportamento, em si, não reflete necessariamente a atitude de alguém”* ((PCN's ;1998: 78).

Brow apud CAVALCANTI (s. d.: 2) também nos elucida que *“atitude é a disposição que um indivíduo tem para agir de forma favorável ou desfavorável em relação a um determinado objeto. A atitude de uma pessoa se forma através de 3 componentes: cognitivo, afetivo e conativo”*. Assim, entendemos que, os educadores ao trabalharem com a formação integral dos alunos devem considerar, segundo CAVALCANTI (s. d.: 3), o afetivo- sentir, o cognitivo- pensar e o conativo- agir como três elementos intercomunicantes. *“É importante observar que os nossos valores, que é uma espécie de farol que orienta nossa conduta, depende muito dos nossos conhecimentos e das crenças. Quando se valoriza alguma coisa tende-se a modelar a vida de acordo com esse padrão de conduta”*.

Todas estas considerações acerca dos Conteúdos da Reforma, tem como propósito mostrar um pouco da importância de maiores esclarecimentos aos educadores, visto que hoje as políticas educacionais acenam para a mudança na Avaliação e no ensino, porém o que se observa é que, aparentemente, os professores têm se mostrado distantes de tais mudanças. Mais uma vez reporto-me aos PCN's (1998: 77), que nos elucida *“a inclusão de tais conteúdos permite, portanto, tomar a prática como objeto de aprendizagem, o que contribui para o desenvolvimento da capacidade dos alunos a uma participação ativa e transformadora”*.

Portanto, os educadores têm necessidade de rever, constantemente, sua prática pedagógica, para encontrar as metodologias mais adequadas e melhorar o modo de avaliar seus alunos. É como argumenta LUCKESI (1996: 118-9), *“avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra: ela faz parte do seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível”*. E é a partir daí, que encontramos razões e justificativas suficientes para percebermos a necessidade de mudanças no processo avaliativo. Mas ao mesmo tempo encontramos resistências construídas, ao longo de décadas, por um sistema impositor, diretivo e mensurável que impõe regras a serem seguidas, moldando o saber de alunos e tolindo suas manifestações e desejos. Neste processo de ensino o professor atua como detentor do conhecimento, não favorecendo trocas na sua relação com os alunos e fazendo uso inadequado de provas e testes como medida do conhecimento, portanto não servindo como instrumento qualificatório, mas sim reprovatório.

A seguir, HOFFMANN (1992:113), mostra-nos duas concepções de Avaliação a primeiro numa perspectiva liberal e a segunda libertadora sendo que esta, atualmente, é a mais adequada para atender às propostas de mudança no processo avaliativo.

1- Avaliação numa visão liberal	2- Avaliação numa visão libertadora
<p><i>“Ação individual e competitiva;</i>  <i>Concepção classificatória, sentenciva;</i>  <i>Intenção de reprodução das classes sociais;</i>  <i>Postura disciplinadora e diretiva;</i>  <i>Privilégio à memorização;</i>  <i>Exigência burocrática”.</i></p>	<p><i>“Ação coletiva e consensual;</i>  <i>Concepção investigativa, reflexiva;</i>  <i>Proposição de conscientização das</i>  <i>desigualdades sociais e culturais;</i>  <i>Postura cooperativa entre os elementos da</i>  <i>ação educativa;</i>  <i>Privilégio à compreensão;</i>  <i>Consciência crítica e responsável de todos</i>  <i>sobre o cotidiano”.</i></p>

Mais uma vez fazemos uso de contribuições de HOFFMANN (1992:116) que afirma: *“uma prática libertadora da avaliação não exige obrigatoriamente uma revolução de métodos e técnicas, mas uma compreensão diferenciada do seu significado, uma consciência crítica de nossas ações”*. Neste sentido, o papel do Conselho de Classe das escolas, diante das mudanças na prática da avaliação, com base nas Reformas Educacionais, precisa também passar por uma ressignificação de seu papel para dar conta do acompanhamento da aprendizagem dos alunos, principalmente com relação às suas dificuldades, como também constituir um espaço de reflexão do desempenho dos professores para tal e não simplesmente ser um momento para se chegar a conceitos dos alunos

Sendo assim, cabe ao educador buscar novos métodos para estar melhorando a sua prática pedagógica, pois torna-se necessário *“conhecer melhor os alunos, elaborar novos projetos, redefinir objetivos, buscar conteúdos significativos e novas formas de avaliar que resultem em propostas metodológicas inovadoras, com intuito de viabilizar a aprendizagem dos alunos”* (PCN's ;1998: 37).

Ainda neste contexto, e principalmente no que se refere à Avaliação, o sistema de Ciclos introduziu, nas escolas, a Progressão Continuada; que para o assombro de todos, principalmente, dos professores, o aluno passa de um ano ao outro e de um ciclo para outro, mesmo que não tenha alcançado os objetivos propostos para o determinado ano ou ciclo. E foi *“a gota d’água”*, para que a temática Avaliação fizesse parte das calorosas discussões a respeito do ensino. Segundo alguns professores, *“se existe a Progressão do aluno para o ano escolar seguinte, mesmo que este não tenha aprendido o suficiente, então para que avaliar?”* É o que mais se ouve em diálogos entre professores. Isso mostra a necessidade de conhecimento acerca *“do que é”* e *“como deve ser aplicada”* a Progressão Continuada.

De acordo com TEIXEIRA (1999: 49-50),

*“a Secretaria de Estado da Educação, SEE, considera que a implantação desse regime permite respeitar os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem; implementar currículos diferenciados; tratar naturalmente as diferenças de aprendizagem dos alunos; conferir maior flexibilidade à organização dos tempos escolares; e assegurar maior liberdade na adoção de métodos e recursos de ensino.(...), a conclusão de cada ciclo exigirá o atingimento do nível de aprendizagem exigido pelo conselho de classe por ele verificado com base nas avaliações dos professores ao longo do último ano do ciclo. Para os que não lograrem alcançar esse nível de aprendizagem está prevista a realização de estudos complementares”.*

Isso indica que cada escola tem liberdade para adotar um currículo mais flexível e adequado à sua clientela de alunos, bem como criar critérios de Avaliação condizentes com a realidade vivenciada na escola, desde que esta Avaliação seja contínua, ao longo do ano letivo, e que venha a orientar alunos e professores para que possam melhorar suas deficiências. Continuando, a referida autora nos afirma, *“tais estudos estão previstos para ocorrerem fora do turno regularmente freqüentado pelos alunos e terão a duração que a escola julgar necessária para a superação das deficiências”*. Entretanto, tais estudos, em horários especiais, fora do turno normal de aula, ainda não acontecem; pois não existem recursos humanos disponíveis e remunerados para tal, pois os professores, a maioria deles, precisam dobrar turno para sua sobrevivência. Enfim, falta um plano de carreira mais eficaz aos professores do Ensino Fundamental e Médio, que venha atender estas e outras necessidades atuais.

Diante deste quadro de preocupações com a Avaliação, pesquisadores têm buscado encontrar ações alternativas que contribua com os professores. Uma dessas alternativas é o Portfólio. E *“neste contexto de mudança nas concepções sobre o ensino e a aprendizagem aparecem uma série de visões sobre a avaliação, como o portfólio... A utilização do portfólio como recurso de avaliação é baseada na idéia da natureza evolutiva do processo de aprendizagem”* (HERNÁNDEZ; 1998: 98-99).

É considerável que qualquer alternativa que apareça pode auxiliar os educadores, desde que saibam como conduzi-las. Com relação ao Portfólio, *“o que particulariza-o é o processo constante de reflexão, de contraste entre as finalidades educativas e as atividades realizadas para a sua consecução, para explicar o próprio processo de aprendizagem e os momentos - chave nos quais o estudante superou ou localizou um problema”* (ibid: 100). É uma proposta de Avaliação onde os alunos estarão constantemente relatando seu aprendizado, e o professor terá assim mais facilidade para detectar os avanços e as dificuldades dos mesmos.

### III – PERCURSO DA PESQUISA

A presente pesquisa configura-se como uma Pesquisa Qualitativa, pois acontece numa perspectiva que, segundo MARTINS & BICUDO (1989: 23) *“busca uma melhor compreensão do objeto de estudo, sem se preocupar com a quantidade e correlações estatísticas. O primordial para este tipo de pesquisa é a compreensão do específico, do peculiar, do individual; por isso a pesquisa qualitativa abandona as generalizações que freqüentemente ocorrem na quantitativa”*. Um tipo de pesquisa cujo contexto não permite isolar variáveis, apenas definir um problema dentro de uma dimensão mais ampla, respeitando o ambiente natural onde ocorrem os fenômenos. Trata-se de uma pesquisa de campo, visto que os dados foram coletados numa escola pública na cidade de Uberlândia - MG. Cabe-nos, ainda, elucidar que o pesquisador, neste percurso, deve tomar um cuidado minucioso ao se trabalhar com os dados uma vez que a Pesquisa Qualitativa, não apresenta a objetividade de uma pesquisa quantitativa, mas que nem por isso deixa de ter sua importância científica.

Ainda nesta perspectiva GOLDENBERG (1997:49-50), afirma que

*“partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social. (...) os métodos qualitativos enfatizam as particularidades de um fenômeno em termos de seu significado para o grupo pesquisado”*.

E de acordo com os objetivos da pesquisa, que é averiguar como professores do Ciclo Intermediário do Ensino Fundamental estão lidando com a nova proposta de avaliação da aprendizagem, visto que os diferentes pontos de vista nos interessam muito, no sentido de entender o significado de tais mudanças, no sistema educacional, para o grupo pesquisado: os educadores, é que realizamos a presente pesquisa.

Para tanto, optamos pela **Entrevista** como instrumento de coleta de dados, uma vez que ela favorece que os dados sejam mais explicativos, pois permite que intervenções sejam feitas quando necessárias no processo da interlocução. Recurso este que não está disponível quando se usa o Questionário. Enfim, com a Entrevista há a possibilidade de se obter

descrições detalhadas das preocupações do entrevistado, bastando que seja bem conduzida pelo entrevistador. Conforme GOLDENBERG (1997: 88), *“a entrevista permite uma maior flexibilidade para garantir a resposta desejada”*. No entanto ao utilizar tal instrumento o pesquisador deve ter alguns cuidados na hora da Entrevista, como: ser confiável, e o mais omissivo e neutro possível em relação ao assunto abordado, não fazendo comentários nem dando opiniões, apenas se limitando a elucidar as questões.

Os dados desta pesquisa foram coletados por meio de Entrevista com uma **Amostra** de três professores sorteados dentre os nove que ministram todas as disciplinas dos dois anos finais do Ciclo Intermediário. A Pesquisa aconteceu a partir de uma visita na escola e uma Entrevista com professores. Na visita à escola, tivemos autorização da Diretora e de três professoras para a realização da pesquisa. Aproveitamos esta oportunidade para esclarecer alguns pontos sobre a mesma, marcar a Entrevista para um próximo encontro e informar aos professores que não haveria divulgação de seus nomes e nem da escola, ou seja, manutenção de sigilo, conforme determina normas éticas de pesquisa com seres humanos.

A Entrevista foi realizada em dias diferentes com três professoras, identificadas pelas siglas **MIS**, **NAD** e **CAR**, a qual foi conduzida a partir da seguinte questão: **qual a sua concepção sobre Avaliação?** A partir daí, foram aproveitadas todas as respostas para introduzir novas questões, no sentido de esclarecer acerca dos problemas enfrentados pelos professores com a mudança na Avaliação do sistema educacional. E quando a professora não fornecia uma resposta que permitia a introdução de uma nova pergunta, utilizávamos de outras questões pré-elaboradas. Faz-se necessário esclarecer que as perguntas não foram feitas na mesma ordem para os três entrevistados, mas isto não interferiu na essência da pesquisa. A Entrevista foi gravada, para facilitar o diálogo e garantir mais fidedignidade dos dados, e posteriormente transcrita. Portanto, a entrevista se configurou como semi-diretiva ou semi-estruturada, que foi orientada conforme o roteiro do Anexo 1.

Após a transcrição dos depoimentos, fizemos uma primeira leitura dos dados coletados para que tivéssemos uma noção geral do material a ser analisado. Em seguida, procuramos identificar nestes depoimentos, posições que, apesar da sua especificidade, guardavam semelhanças entre si. Sendo assim, segundo MARTINS & BICUDO (1989: 39), *“o material coletado é lido com a finalidade de encontrar-se aquilo que parece ser o mais significativo nos dados obtidos e de saber-se quais as partes principais onde podem ser percebidas diferenças entre os dados”*.

Com base nas semelhanças e diferenças entre os dados, os mesmos geraram quatro categorias, que foram assim apresentadas: Impacto da Progressão Continuada; Interpretação e prática da proposta de Avaliação; Dificuldades com a Progressão Continuada e Novos olhares, novos horizontes...



## IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1- Impacto da Progressão Continuada

Segundo NAD os Educadores estão informados quanto às propostas da reforma, porém não sabem colocá-las em prática. Na visão dos alunos a Progressão Continuada – PC-significa aprovação sem aprender (...), a PC é uma experiência nova, um risco que devemos correr e esperar pelos resultados. Um processo de adaptação. O seguinte trecho ilustra isso: **“O tempo é que vai mostrar isso para a gente”**.

CAR fala das dificuldades dos primeiros momentos, das incertezas enfrentadas por todos, mas acredita que com o tempo irá se adaptar. **“No início foi muito difícil, mas à medida que fomos trabalhando aprenderemos a conviver com essa idéia de nova avaliação”**.

Para MIS está sendo muito difícil aceitar a mudança no processo de Avaliação, mas acredito que à medida que for se aplicando tornar-se-á mais fácil, (...). Mostra-se chateada e insatisfeita com novo sistema de avaliação e afirma que **“o ensino público em Minas Gerais, caiu muito, mas muito mesmo!”**

É muito importante procurarmos entender a posição dos professores em relação às mudanças no processo de avaliação, visto que tudo que é novo e diferente, causa um certo impacto, mas aos poucos as professoras pesquisadas mostram que estão se adaptando ao processo. E é justamente isso que está acontecendo na área de educação, os professores, pais e alunos, estão sem rumo certo, por recearem o desconhecido, já que este desconhecido quebra regras que há muito tempo foram estabelecidas pelo sistema educacional e pela sociedade; pois por décadas e décadas tivemos um sistema de avaliação baseado em aprovação e reprovação, favorecendo a exclusão, contrariando as teorias que LUCKESI (2000: 1-2) defende. Antigamente, o professor tinha uma “arma” em suas mãos: a nota. Um tipo de avaliação classificatória para fins de punição ou premiação, e não visando a aprendizagem .

Importa ressaltar que identificamos na fala de uma das professoras que alguns alunos estão compreendendo a Progressão Continuada de forma errônea, quando dizem que ela assegura aprovação sem aprendizado. Conforme RABELO ([2000?]: s.p.), *“podemos entender o processo de avaliação como uma estratégia para melhor acompanhar o desenvolvimento contínuo e progressivo do aluno, o que descarta a avaliação punitiva, mas não favorece a promoção automática do aluno”*.

Assim, podemos perceber o quanto é imprescindível haver esclarecimentos quanto a estas mudanças no sistema de ensino, pois *“como a mudança do sistema seriado para o de ciclos não foi discutido pelos professores e não incorporou suas necessidades, eles acabam não apoiando a inovação, o que tem reflexos diretos sobre a qualidade do conhecimento transmitido às crianças”* (SPÓSITO; 2000: A-8).

Enfim, estamos vivenciando um discurso em cascata, uma “bola de neve”, o professor não sabe e não conhece o significado do sistema em ciclos na íntegra, tira suas próprias conclusões que, na maioria das vezes, não condiz com a realidade. Estas conclusões são passadas aos alunos e aos pais, que também não estão compreendendo o processo, porque estão obtendo informação distorcida e incompleta, o que leva a críticas e insatisfações da comunidade escolar com a Avaliação.

#### **4.2- Interpretação e prática da proposta de Avaliação**

NAD tem esperança na educação e sua visão de educação é ampla, porém na sua fala passa a idéia de que a prova é o único recurso de Avaliação. **“... eu não dou uma avaliação para os meus alunos, às vezes eu jogo uma pergunta no ar ou então vejo alguns trabalhos deles”** (...). Fala de sua prática como se tivesse de acordo com as orientações teóricas dos conteúdos da reforma. Entretanto, sua prática docente parece não estar correspondendo às metodologias dos PCN's. Veja este trecho: **“eu olhava se o aluno estava copiando a matéria, se ele estava fazendo os trabalhos e aí dava nota em cima disso”** (...). Parece dizer que ela estava cumprindo com o estabelecido para os conteúdos procedimentais. Fala da implicação- repercussão da nota para o aluno como se fosse apenas um problema dele. Ela ainda pensa que os três conteúdos (ser, saber e fazer) devem gerar uma média e que uma média alta, teoricamente, vai levar o aluno a querer aprender .

Anteriormente às propostas de mudança, CAR considerava como conteúdo de ensino apenas o conhecimento científico, ou seja, o Saber. Com as reformas passou a considerar além do Saber, a criatividade e a opinião pessoal dos alunos. Afirmando que assim seria uma avaliação mais próxima do ideal, **“agora nós temos que avaliar o aluno como um todo e todos os dias”**.

MIS entende a Avaliação como forma de medir o conhecimento, justificando a nota como uma referência mais eficiente, prática e fácil de usar. Veja o trecho: **“Eu coloco a nota para facilitar para mim e principalmente para os pais...”** (...). Deixa claro que a Avaliação é algo imprescindível na educação, mas apresenta um conceito muito relacionado à medida, ao quantitativo. Conforme trecho: **“ Eu acho que a nota é a única maneira da gente conhecer o aluno, (...) principalmente pela avaliação escrita”**.

Ao observarmos a fala das professoras entrevistadas, podemos perceber como elas vêem as propostas referente à Avaliação da Aprendizagem, e como estão agindo em sala de aula, mesmo com suas dúvidas e incertezas.

Vale lembrar que *“o objetivo de um processo de avaliação deve ser o bom desempenho do aluno...; a avaliação deve ser contínua, de forma a verificar os vários momentos de desenvolvimento do aluno...”* (RABELO; 1998: 75). Portanto, será justificável quando um professor toma atitudes como “dar nota a um aluno que esteja copiando a matéria”? E será que isto estaria garantindo ou informando ao professor quanto à aprendizagem deste alunos? E quando um professor “joga uma perguntinha no ar”, não seria também uma das várias formas de se avaliar informalmente? Pois segundo COLL et al (1998: 60-61), *“a avaliação tenderá a ser mais válida quanto menos se diferencie das próprias atividades de aprendizagem, ... usar com frequência sistemas de avaliação que se encontrem integradas às atividades cotidianas de sala de aula e que, por isso, não sejam percebidas pelo aluno como atividades de avaliação”*. Sendo assim, ainda vale lembrar que, conforme nos esclarece RABELO ([2000?]: s.p.), *“todos os instrumentos de avaliação são úteis e necessários, precisamos é de repensá-los quanto às suas funções avaliativas”*.

Vale retomar um trecho de MIS: *“a avaliação é uma forma de se medir o conhecimento, atribuindo à nota uma forma eficiente, prática e fácil de avaliar”*. E é justamente neste ponto que notamos o quanto os professores se prendem à avaliação tradicional como forma de “sobreviver” nesta fase de adaptação, ou seja, de transição de paradigma, tornando necessário esclarecer que *“não podemos confundir conceitos e notas, que são formas de registro de resultados, com avaliação. Os registros são necessários para*

*manter a memória da qualidade final das aprendizagens realizadas pelos educandos, ... a avaliação é a prática subsidiária da construção de resultados satisfatórios” (LUCKESI; 2000: 1-2). Cabe, também, ressaltar contribuições de RODRIGUES ([2000?]: s.p.), “quando um professor faz um levantamento a respeito do que as crianças já sabem, está fazendo uma avaliação. E notem a diferença: essa avaliação não pode resultar em nota, em juízo sobre as crianças. Esses dados servem de orientação aos professores no desenvolvimento do seu trabalho”.*

Como percebemos, é urgente a necessidade de maiores esclarecimentos aos professores, atores em processo de reflexão e formação em serviço sobre as mudanças no processo de avaliação da aprendizagem. E segundo RABELO (1998: 14), *“devemos pretender uma avaliação mais ampla, da qual uma prova, por exemplo, sobre conteúdos trabalhados faça parte, tão somente, como um dos recursos, através dos quais podemos avaliar o ‘rendimento escolar’, o ‘conhecimento’ de um aluno”.*

CAR, parece apresentar uma evolução na sua prática avaliativa, portanto, mais condizente com as propostas dos novos Conteúdos Curriculares, uma vez que incorpora aspectos como criatividade e atitudes pessoais. Isto pode ser considerado um avanço por parte desta professora. *“O ser humano é uma totalidade afetiva, social, motora- corporal e cognitiva. Todas essas dimensões devem ter igual importância na sua formação. Portanto, uma avaliação acadêmica precisa considerar essa totalidade e não apenas o aspecto cognitivo” (ibid: 14).*

#### **4.3- Dificuldades com a Progressão Continuada**

MIS acredita que a PC fez com que aumentasse a indisciplina e a falta de interesse dos alunos. (...) Alega que esta progressão só dificultou o trabalho dos professores, **“eu acho que dificultou muito o nosso trabalho porque o aluno está deixando muito a desejar”.** (...) Mostra-se insatisfeita com a escola pública, reclamando da quantidade de alunos por sala e do salário.

CAR, aponta o número de alunos por sala como um dos maiores obstáculos na implantação da PC, porém os professores em geral precisam ter mais compromisso e interesse para que a proposta comece a funcionar (...). Afirma que com o novo sistema avaliativo -PC- os alunos perderam o compromisso com a escola, **“o aluno perdeu muito, não o interesse, mas o compromisso com a escola pois sabem que não ficarão retidos”.** (...) Muitos alunos

que eram comportados estão deixando de ter responsabilidade com a escola, pois acham que não vale a pena se esforçar, porque os outros que não fazem nada também passam de ano da mesma forma.

Ao analisarmos o atual contexto da educação no que se refere ao processo avaliativo, é interessante salientarmos que os professores possuem noções equivocadas em relação à Progressão Continuada. Mais uma vez faz-se uma analogia errônea: “adota-se a Progressão Continuada, portanto extingui-se a avaliação”. E isto não é o que ocorre na realidade, “*se estamos buscando compreender as atividades escolares como elementos essenciais à formação (humana) das pessoas, conseqüentemente, a avaliação se coloca como um instrumento básico desse processo*” (RABELO; [2000?]: s. p.).

Trata-se de uma exigência muito maior dos professores e alunos. De um lado os professores devem empreender seus esforços na tentativa de avaliar, de forma proveitosa, o aluno como um ‘todo’, considerando o ‘saber’ (conceitual), o ‘fazer’ (procedimental) e o ‘ser’ (atitudinal). Por outro lado, o aluno deve co- participar ativamente do processo e estar atento, pois estará sendo avaliado em todos estes aspectos, e disposto a adquirir a formação humana necessária para se viver, hoje e no futuro, em sociedade. TEIXEIRA (1999: 49), afirma que “*a Secretaria de Estado da Educação, SEE, considera que a implantação do regime de progressão continuada permite respeitar os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem...*”, pois leva em conta a capacidade que cada aluno tem de conduzir seus conhecimentos, atitudes e valores morais.

Continua dizendo que não podemos negar as barreiras dos professores, à implantação da Progressão Continuada, encontradas nas escolas; “*a começar pelo número de alunos nas turmas*”, bem como “*a ausência de espaço disponível para trabalhos em grupos, para o estudo individual dentro da escola, enorme carência de recursos didáticos básicos, especialmente de bibliotecas atualizadas*” (ibid: 49). Neste sentido, WEFORD (2000: A8) aponta para a atual situação do professor, pois como “*não houve nenhum trabalho de debate da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nas escolas, muitos professores não conhecem o conteúdo da lei, quanto mais seus objetivos*”.

É válido ressaltar a contradição que está existindo entre a proposta e a realidade, que foi unânime a posição dos professores referente à preparação dos mesmos, não houve uma palestra, um seminário ou mesmo um simpósio que esclarecesse aos professores os aspectos abordados pela reforma em todo o sistema de ensino, e principalmente no que se refere à Avaliação no Sistema de Progressão Continuada. Entretanto, de acordo com (1999: 50),

*“a SEE assegura aos professores do ensino fundamental a participação em cursos de capacitação docente, compromete-se em desenvolver estudos na área de currículo e de avaliação que permitam estabelecer os principais itens do conteúdo de cada currículo, (...) bem como apontar alternativas de avaliação da aprendizagem que sejam mais adequadas ao regime”.*

Por enquanto, o apoio da SEE-MG está acontecendo apenas por meio dos fascículos identificados neste trabalho por SEE-MG e por vídeos. A realidade da escola nos mostra que uma formação em serviço, conforme está propondo o SIAPE – Sistema de Apoio Pedagógico, exige maior disponibilidade horária dos professores para leitura, discussão e reflexão sobre os conteúdos destes materiais, que uma vez associada à reflexão de prática poderá levá-los à mudança de paradigma. Portanto, não é de se estranhar que os professores se encontrem entre dúvidas e angústias, pois não estão sabendo como agir. Diante destas dificuldades a adoção desta nova proposta

*“não levou em conta a propalada autonomia da unidade escolar e sua implantação se impôs sem consulta aos profissionais do ensino, (...) a quem cabe sua execução prática. Não levou em conta o modelo de escola enraizado nas mentes de seus profissionais e da sociedade em geral, nem as condições reais das escolas” (ibid: 57).*

Segundo a pedagoga WEFORD (2000: A8), *“a proposta é correta, reprovar não resolve nada, mas para que a progressão continuada funcione é preciso investir pesado na formação do professor, o que não foi feito na medida necessária”*; o que vem reafirmar as necessidades citadas pelos professores.

#### **4.4- Novos olhares, novos horizontes...**

CAR mostra-nos que sua prática avaliativa até então, era assinalada pela nota, mas agora já coloca em prática novos conceitos de avaliação. Observe o trecho: **“agora a gente valoriza mais é o que o aluno faz dentro de sala, o respeito com o professor e com os colegas...”** (...). Ressalta que ela achou bom, pois vê o aluno como um todo, qualitativamente. (...) Mostra-se disposta a mudar suas atitudes, mas acha que está muito confuso e que deveria ter havido mais preparação dos professores **“deveria ter ao menos algumas palestras sobre como seria essa avaliação”** . (...) Ressalta que é importante o professor conhecer os alunos, saber o que se passa na vida deles, só assim passará entendê-los e ajudá-los de acordo com suas dificuldades. (...) Coloca em revisão o seu conceito de avaliar,

quando faz o seguinte questionamento: **“será que avaliar é somente medir o conhecimento assimilado por parte do aluno?”** (...). Percebe que realmente há necessidade de alguma mudança, pois algo estava errado: **“tem alunos excelentes e que na hora da prova é um fracasso”** . (...), Aponta também para a necessidade de olhar todos os aspectos que envolvem aqueles alunos antes de inseri-los no contexto sala de aula. Como se segue: **“eu comecei a olhar se a idade do menino estava de acordo com a série, se ele tem capacidade para a série, se ele tem problemas com a família...”** . Além disso, apresenta uma predisposição à mudança, e o que ela pôde perceber de errado, está procurando melhorar. **“Passei a ser mais objetiva, e a cobrar o que realmente é importante para o menino...”**.

Esta categoria apresenta a opinião de apenas uma das entrevistadas, pois somente ela mostrou que vem tentando mudar sua prática avaliativa, voltando o olhar mais para o aluno, e com esperança de que o sistema, há pouco tempo implantado, venha a melhorar a vida escolar de professores e alunos.

Não podemos esquecer que *“a passagem a uma pedagogia ativa, cooperativa e diferenciada exige inúmeros ‘lutos’ em relação à identidade habitual dos professores”* (PERRENOUD; 1999: 101). Portanto, para que os professores entrem neste novo processo, primeiro é necessário que tenham vontade para isto, segundo que abandonem suas práticas arraigadas num sistema quantitativo e alcem vãos inovadores e mais satisfatórios, pois se continuarem como estão somente terão queixas e mais queixas. Talvez este seja o momento e a hora exata para todos pararem e refletirem acerca do futuro da educação.

Vale ressaltar que, *“o regime proposto requer um professor em condições de planejar seu trabalho e avaliar os resultados do mesmo, não mais em termos de aulas ministradas em cada turma, mas de atividades a serem propostas aos diferentes alunos de cada uma dessas turmas”* (TEIXEIRA; 1999: 62). Ou seja, um educador, apto a se relacionar com os diversos tipos de alunos presentes numa mesma sala de aula, relacionar de maneira a saber o que fazer para que cada um, desses diferentes alunos, adquira uma formação conceitual, procedimental e atitudinal.

Torna-se muito importante salientarmos a necessidade de esforços conjuntos no sentido de melhor adequar o Sistema de Ensino e Avaliação ao atual contexto escolar, mas tais esforços não devem partir apenas de professores ou alunos, porém de toda equipe pedagógica e administrativa da escola. O que acontece é que, como os professores estão mais intimamente ligados aos alunos, eles se sentem mais angustiados em pensar que ‘toda’ responsabilidade de melhorar o sistema ensino – aprendizagem (- avaliação), está sobre eles.

E na realidade, é o que acaba acontecendo, *“a mudança nos processos de ensino, entretanto, só se efetivará se os professores forem capazes de compreender a necessidade de reorganizar o trabalho de sala de aula a partir do princípio da flexibilidade e construir uma outra prática pedagógica”* (MATTOS; 1999: 121).

Portanto, recai sobre os educadores a responsabilidade de dar o ‘ponta pé’ inicial. Ou seja, poderem participar mais ativamente, e de forma consciente, de toda a organização do sistema de ensino e, principalmente, do processo avaliativo; visto ser os educadores que melhor conhecem sua clientela de alunos. Cabe, então, ao professor, em primeiro lugar, se esforçar para mudar suas concepções e repassar isto ao todo da escola. Mas vale lembrar, para a nova proposta se implantar e se tornar mais eficaz é necessário um esforço conjunto de todo o corpo pedagógico e administrativo.



## V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Pesquisa assentou-se na hipótese de que algo estava acontecendo com os professores para que se sentissem tão angustiados com as Reformas Educacionais, especificamente, com a Avaliação no processo Ensino- Aprendizagem. Sendo assim, procuramos encontrar alguma forma de detectar qual a origem destas angústias, ressaltando as possíveis dificuldades existentes no âmbito da escola.

Para tanto, percebemos o quanto esta comunidade de análise representada por três professores do Ensino Fundamental estão confusas, aparentemente sem rumo. Em geral, os educadores desconhecem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). E isto leva a uma certa desorientação profissional por parte dos professores, pela falta de uma âncora mínima que os sustentem. As escolas precisam atualizar-se, começando por rever sua organização administrativo- pedagógica. Para isto, devem estabelecer uma conexão entre a Prática reflexiva e as teorias.

Observamos que existem professores ainda muito apegados a uma prática tradicional, não refletida sobre a Avaliação. Outros, apesar de sentirem muitas dificuldades de incorporar as mudanças na prática docente, acham que com o tempo irão se adaptar, pois é importante tentar novos caminhos já que o atual modelo de ensino não tem mostrado ser satisfatório.

Foi fácil detectar a necessidade que os educadores têm de maior conhecimento em relação às mudanças do processo avaliativo, os professores estão sem saber como proceder nesta nova perspectiva de Avaliação. Encontram-se desmotivados e um tanto decepcionados com o atual contexto escolar. Percebemos que a educação precisa ser melhor planejada; falta ressonância entre quem propõe as Reformas e quem são os atores sujeitos de sua execução – os educadores e os alunos.

Os professores dizem ter informações sobre as mudanças na Avaliação, mas não mostram possuir conhecimento suficiente por meio de uma formação continuada, através de cursos, palestras, trocas de experiências. Isso dificulta a construção de um saber sobre a Avaliação, restando para eles a ilusão de aprender com a experiência. Para ilustrar citamos **“... mas à medida que formos trabalhando aprenderemos a conviver com essa idéia de**

**nova avaliação**". Parece que a natureza das dificuldades é por falta de conhecimento para construir o saber, paralelo a isso encontramos dificuldades emocionais e institucionais, pois todo o sistema encontra-se perturbado.

Percebemos através desta comunidade de análise, que a sua prática docente mostra falhas no ensino e, conseqüentemente, na Avaliação. Visto que, possuem uma prática avaliativa restrita a "... jogar uma pergunta no ar ..., olhar alguns trabalhos deles". Uma coisa os professores já perceberam, que a Avaliação não implica somente o conteúdo disciplinar, mas o que nos preocupa é se eles não estão valorizando muito as atitudes sem compreender o real significado dos procedimentos de ensino, que corresponde à forma de ensinar. É verdade que o professor sempre procura em sua prática apoiar-se em alguma estaca, entretanto isso não deve acontecer numa areia movediça. Queremos dizer que ele apesar de ainda colocar a nota para facilitar a comunicação entre eles, para que depois seja convertida em conceito, não deve esquecer dos princípios básicos da Avaliação. Entendemos e precisamos respeitar que esta é uma forma de sobreviver no processo de transição.

E, como a relação professor- aluno já vem comprometida, parece que está sendo mais conveniente para os professores, no momento, atribuírem à retirada da nota o motivo de seu desconforto do momento à mudança, é uma forma de se esconder frente à realidade dos fatos. A dificuldade maior do professor está na falta de conhecimento necessárias para a reconstrução de seu saber, e como conseqüência vem a falta de conhecimentos por parte dos alunos, e na dupla falta desse conhecimento esse desencontro vai persistir por um tempo imprevisível.

Felizmente, um dos professores reconhece que necessita de outros saberes, quando reclama por palestras. E assume que realmente há necessidade de alguma mudança quando diz que no modelo anterior **"têm alunos excelentes e que na hora da prova são um fracasso"**. Portanto, não achamos que estão resistentes ao novo, apenas passando por um processo de adaptação. Gostaria de introduzir o depoimento de um membro desta comunidade de análise: **"eu comecei a olhar se a idade do menino estava de acordo com a série, se ele tem capacidade para a série, se ele tem problemas com a família..."**.

Considerando as condições nas quais as Reformas Educacionais estão sendo propostas, esta pesquisa trouxe apenas alguns indicadores da realidade do Ciclo Intermediário do Ensino Fundamental para discussão e reflexão; porque toda mudança é um processo, portanto requer um determinado tempo para que aconteça. Sendo assim, a Avaliação da Aprendizagem constitui um campo promissor para futuras investigações.

## VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CAVALCANTI, R. Educação Sexual no Brasil e na América Latina – Reflexões. In: Lopes, G. P. et al. *Sexologia Integral*. Curitiba, PR: Relisul.
- COLL, C. et al. *Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes*; trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GOLDENBERG, M. *A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.
- HERNÁNDEZ, F. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*; trad. Jussara Haubert Rodrigues. – Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- HOFFMANN, J. *Avaliação: mito e desafio; uma perspectiva construtivista*. 6 ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1992.
- LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1996.
- \_\_\_\_\_. Avaliar não é julgar o aluno. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 jul. 2000. Educação & Trabalho, p. 1-2.
- MARTINS, J. & BICUDO, M. A. V. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes, 1989.
- MATTOS, L. A. F. A Avaliação nos processos de aprendizagem. In: *Tempo Escolar: Hora de refletir, planejar e construir a Escola Sagarana*. Coleção Lições de Minas – Vol. III – Belo Horizonte: SEE-MG, Nov. 1999.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Resolução n. 006 de 20 de janeiro de 2000. Dispõe sobre a organização do Ensino Fundamental em ciclos e em séries. Informativo MAI de ensino, Belo Horizonte, jan/2000.

- PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas*; trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- RABELO, E. H. *Avaliação: novos tempos, novas práticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. Avaliação. In: *Organização do tempo escolar na Escola Sagarana: Avaliação*. Governo do Estado de Minas Gerais.
- RODRIGUES, N. Fundamentos da organização do tempo e espaços nas escolas. In: *Tempo Escolar: Hora de refletir, planejar e construir a Escola Sagarana*. Coleção Lições de Minas – Vol. III – Belo Horizonte: SEE-MG, Nov. 1999.
- \_\_\_\_\_. A organização escolar em ciclos. In: *Organização do tempo escolar na Escola Sagarana: Organização dos tempos e espaços escolares em ciclos*. Governo do Estado de Minas Gerais.
- ROMÃO, J.E. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998. (Guia da Escola Cidadã, v.2 ).
- SPÓSITO, M.; WEFFORD, N. Sistema de ciclo esconde baixa qualidade. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 set. 2000. Caderno Geral, p. A8.
- TEIXEIRA, L. H. G. A reorganização do Ensino em Minas Gerais: uma mudança decretada. In: *Tempo Escolar: Hora de refletir, planejar e construir a Escola Sagarana*. Coleção Lições de Minas – Vol. III – Belo Horizonte: SEE-MG, Nov. 1999.

**ANEXO 01****MODELO DA ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA**

- 1 – Qual a sua concepção sobre Avaliação?
- 2 – Como você está se sentindo em relação à mudança no processo avaliativo?
- 3 – A sua prática de Avaliação mudou?
- 4 – Você vê a necessidade de mudança?
- 5 – E os alunos, como eles estão reagindo?